

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 03/08/2016

- [Campanha alerta sobre violação de direito infantojuvenil na Rio 2016](#)
- [Brasil tem quase 2 mil pontos de exploração sexual infantil](#)
- [Curso gaúcho incentiva ampliação do perfil para adoção](#)
- [Pai Presente promove mil audiências no estado da Paraíba](#)
- [Projeto do TJPE permite encontro por videoconferência antes da adoção](#)
- [Governo corrige erro e reduz total de bebês com microcefalia no estado](#)
- [Suspeita de tráfico usava a filha para despistar investigação, diz polícia](#)
- [Escola de ensino integral é modelo na superação da desigualdade](#)
- [A importância da escolaridade materna na educação dos filhos](#)
- [Peste siberiana mata criança e faz outras vítimas na Rússia](#)
- [Adolescentes que foram para Disney tentam voltar para BH há três dias](#)
- [Israel rebaixa idade mínima prender menores 'terroristas' a 12 anos](#)
- [Salas especiais para ouvir crianças e adolescentes chegam a 23 tribunais](#)
- [Fernando de Noronha - administração deve fornecer estrutura necessária ao funcionamento do Conselho Tutelar](#)
- [Saiba como a Childhood Brasil está contribuindo para o Transforma, o programa de educação do Rio 2016](#)
- [Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro lança Plano de Valorização da Primeira Infância](#)
- [Avô não tem interesse jurídico para pedir DNA visando a desconstituir parentesco com neto](#)
- [Estupro de vulnerável pode ser caracterizado ainda que sem contato físico](#)

Assunto: Campanha alerta sobre violação de direito infantojuvenil na Rio 2016

Fonte: Portal Andi

Data: 03/08/2016



A proteção a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos é o foco da campanha Respeitar, Proteger, Garantir - Todos Juntos pelos Direitos de Crianças e Adolescentes, lançada nesta segunda-feira (1º) no Rio de Janeiro.

O projeto teve financiamento da União Europeia (UE) e surgiu a partir da experiência do Grupo de Apoio em Mega Eventos (Game), em Porto Alegre, durante a Copa. De acordo com o secretário de governança de Porto Alegre, Carlos Siegle de Souza, o foco é na prevenção.

O objetivo é evitar cinco violações mais recorrentes durante grandes eventos: a exploração sexual, o trabalho infantil, o uso de álcool e outras drogas, crianças em situação de rua ou perdidas ou desaparecidas.

A campanha será executada com a ajuda de cerca de 100 voluntários, que vão abordar principalmente os turistas que virão ao Rio para os eventos, por meio de manifestações artísticas de rua ou com panfletagem, segundo uma das coordenadoras da campanha, Luisa Phebo, integrante da organização Viva Rio.

“Temos trabalhado fazendo a rede de proteção no Rio de Janeiro, trabalhando com 600 gestores, e agora na capacitação de voluntários cariocas, que vão trabalhar nas ruas na sensibilização e mobilização do público para proteção de crianças e adolescentes”, listou.

A secretária nacional substituta de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, Ana Lúcia Starling, disse que o governo federal também está atento às violações de direitos durante a Olimpíada. “Em grandes eventos é muito comum a violação de direitos de crianças e adolescentes. Pela experiência que temos, identificamos, através do Disque 100, que as maiores violações são a violência sexual, o trabalho infantil, drogas e álcool e crianças desaparecidas”, disse.

Durante os jogos, a campanha vai atuar na orla de Copacabana e nos Boulevards Olímpicos do Porto Maravilha, na região central; Parque Madureira, na Zona Norte; e Centro Esportivo Miécimo da Silva, em Campo Grande. Qualquer violação de direito de crianças e adolescente pode ser denunciada pelo disque 100 ou pelo aplicativo proteja Brasil. Mais informações sobre a campanha podem ser acessadas no Facebook, na página RespeitarProtegerGarantir, ou no Twitter, no perfil @RedeRespeitar.

Assunto: Brasil tem quase 2 mil pontos de exploração sexual infantil
Fonte: Portal Andi
Data: 03/08/2016



A cidade mais rica do Brasil também sofre com a exploração sexual infantil.

"Comecei a fazer isso desde os meus 9 anos. Perdi minha virgindade com 9 anos, você acredita? Minha mãe não estava me dando as coisas e eu comecei a fazer. Agora eu tenho 14 anos", explica Letícia, nome fictício.

A prática ocorre nos arredores do Terminal de Cargas Fernão Dias, na Zona Norte de São Paulo, um dos principais pontos de parada dos caminhoneiros que chegam à capital paulista. A reportagem da CBN frequentou o local por mais de uma semana e conversou com crianças e adolescentes que fazem programa para comprar alimentos e usar drogas. Tudo acontece ao lado de uma base da Polícia Militar.

"Fiscalização, polícia, ninguém pega no pé da gente, porque conhecemos os caras. Usamos droga na cara dos caras, dos policiais. Normal", diz a garota.

Além dessa garota, mais de 20 menores, todos os dias, são exploradas sexualmente nas proximidades do terminal de cargas. Os principais clientes são caminhoneiros que pagam em média 50 reais pelo programa. O crime é concretizado na boleia dos caminhões.

"A gente faz no caminhão, lá no estacionamento, com camisinha. Às vezes a gente vai para o motel. Os caminhoneiros não ficam com medo, não. É de novinha que eles gostam".

Mapeamento feito pela Polícia Rodoviária Federal mostra que existem 1969 pontos vulneráveis de exploração sexual infantil nas rodovias federais. O Sudeste lidera com 494 endereços, seguido do Nordeste com 475 e do Sul com 448. A pesquisadora Eva Dengler, da Ong Childhood Brasil, explica que a omissão e o baixo número de denúncias dificultam a repressão a esse tipo de crime.

"Denúncia é o primeiro passo para uma mudança. Pegar o telefone e ligar, seja para o 181 em São Paulo, seja para o 100 que é o disque direitos humanos nacional, que é anônimo e gratuito, seja indo ao conselho tutelar mais próximo. A gente precisa realmente avançar muito na questão da cultura da denúncia e na questão da proteção dessas crianças e adolescentes. Denunciar é proteção", explica.

Segundo a psicoterapeuta e neuropsicóloga da infância e da adolescência do Hospital das Clínicas, Carina D'Alcante, o abuso deixa traumas e pode trazer consequências irreversíveis para as crianças no futuro.

"O risco para a psicopatologia é extremamente aumentado. Dessas meninas desenvolverem depressão, transtorno de ansiedade, transtorno alimentar, transtornos dissociativos e de personalidade. A pessoa sempre vai ter dificuldades em estabelecer vínculos saudáveis com as outras pessoas".

Em São Paulo, o aliciamento de menores ocorre nas redondezas do terminal de cargas, justamente onde fica a base da PM, mas é concretizado em um terreno próximo, que fica a menos de cinco minutos. A área é da Prefeitura de São Paulo, foi invadida e transformada em um estacionamento irregular. Moradores do entorno pedem há anos para que a gestão municipal retome a área e revitalize a região. Uma das principais reivindicações, segundo a líder comunitária Irani Dias, é a construção de moradias populares no local.

"A demanda de políticas públicas é muito grande, mas a moradia é o mais gritante. Então eu comecei a procurar essas áreas e uma das áreas que a gente identificou, inclusive através até do conselho participativo, foi essa área que tem o problema da exploração sexual infantil. Então no mínimo duas mil famílias cabem ali, porque são três áreas grandes".

A Prefeitura de São Paulo declarou que presta assistência às famílias da região e que tenta na Justiça reaver o terreno. Já a Corregedoria da Polícia Militar informou que vai investigar a conduta dos policiais que atuam no entorno do terminal de cargas.

Mas, enquanto o problema não é resolvido, centenas de crianças, não só em São Paulo, seguem sem referências ou horizontes.

"Não tenho vontade estudar nem fazer uma faculdade. Só essa vida mesmo. Não faço nada. Fico em casa, fumo maconha, vou pro baile. Não tenho motivo para sair dessa vida, é bom. E sozinha eu não consigo", diz a jovem do início desta reportagem.

Assunto: Curso gaúcho incentiva ampliação do perfil para adoção

Fonte: CNJ

Data: 03/08/2016



Em Guaporé (RS), o curso para candidatas a adotantes focou na humanização do tema. Prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a atividade é essencial para colocar quem deseja adotar a par dos aspectos jurídicos e psicossociais que integram o processo. A experiência se voltou para o acolhimento dos casais, focando nos depoimentos de quem já adotou, nas dinâmicas vivenciais em grupo e no olhar diferenciado para a adoção de difícil colocação.

"Após o curso, diversos casais buscaram maiores esclarecimentos e alteraram o perfil na ficha de habilitação, de modo a abranger crianças mais velhas, grupos de irmãos, retirando restrições que, após reflexões, perceberam que não fariam diferença quanto à formação da família com o filho adotado", relata a juíza Renata Dumont Peixoto Lima, da 2ª Vara Judicial da Comarca, idealizadora da atividade.

A magistrada, que chegou à comarca em dezembro do ano passado, conta que identificou a necessidade de implantar o curso de forma sistemática, visando não só os aspectos legais, mas também esclarecer dúvidas e orientar os adotantes.

A atividade contou com a parceria do CRAS de Guaporé o que, para a Juíza, foi fundamental para o êxito desta primeira edição, já que a comarca não dispõe de equipe multidisciplinar. "A psicóloga e a assistente social abraçaram a ideia, buscaram capacitação com o apoio da Prefeitura Municipal e, então, montamos o cronograma do curso com a participação ativa delas."

Assim, além dos esclarecimentos das dúvidas a respeito do Cadastro Nacional da Adoção, instituído pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), houve depoimentos de casais que já adotaram e dinâmicas vivenciais. "Isso foi muito positivo, pois dessa experiência conseguimos instituir o grupo de apoio aos pretendentes à adoção", ressalta a magistrada.

A atividade também focou a flexibilização do perfil dos filhos adotivos e esclareceu sobre os objetivos da campanha *Deixa o amor te surpreender*, que o Poder Judiciário gaúcho lançará em outubro. A iniciativa incentiva a adoção de jovens maiores de 10 anos, grupos de irmãos e

peças com deficiência, já que eles respondem pela vasta maioria dos que estão hoje disponíveis para adoção no estado.

"Proporcionamos aos candidatos à habilitação para adoção que compartilhassem suas impressões a respeito do curso, inclusive para aprimorarmos as próximas edições", avaliou a magistrada. "Um comentário geral foi a humanização que eles sentiram no tratamento do tema por parte do Poder Judiciário. Sentiram que suas situações particulares estão sendo tratadas como tal e não como um simples processo judicial." O curso deverá acontecer uma vez por semestre.

Assunto: Pai Presente promove mil audiências no estado da Paraíba

Fonte: CNJ

Data: 03/08/2016



Com objetivo de estimular o reconhecimento de paternidade das crianças e adolescentes que não possuem o nome do pai no registro de nascimento, o projeto Pai Presente já notificou mais de 13 mil famílias e realizou cerca de mil audiências na Paraíba.

O projeto é desenvolvido pela Comissão Estadual de Adoção (Ceja), com coordenação da Corregedoria de Justiça do Poder Judiciário estadual. O trabalho é realizado com o apoio do Ministério da Educação (MEC) que, através do censo escolar, identifica crianças sem o nome do pai no registro.



Para comemorar o Dia dos Pais, os participantes do projeto irão realizar panfletagens em ruas próximas de escolas de João Pessoa. “Os folders terão informações sobre o projeto e falaremos também um pouco da importância da figura paterna”, explicou a secretária da Ceja, Ana Cananéa.

Além das 17 comarcas que já participavam do projeto, outras cinco foram incluídas: Itaporanga, Solânea, Remígio, Brejo do Cruz e Guarabira.

Assunto: Projeto do TJPE permite encontro por videoconferência antes da adoção

Fonte: Portal G1 PE

Data: 03/08/2016



Uma ação desenvolvida pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) está usando a tecnologia para auxiliar quem quer adotar crianças e adolescentes. Por meio de videoconferências, o projeto Conhecer Virtual permite que os futuros pais adotivos possam ter um contato inicial com os jovens e crianças que estão nos abrigos que ficam em outra cidade.

Para a juíza da infância Hélio Viegas, o projeto facilita bastante a formação do vínculo afetivo entre os futuros pais e filhos. “O encontro de quem vive numa localidade diversa implica custo, disponibilidade de tempo. Por isso, antes do programa, o primeiro encontro só acontecia após a adoção”, comenta.

O programa foi implantado em 2015 e já possibilitou seis encontros, de seis processos de adoção diferentes, inclusive internacionais. “Temos o caso de três casais italianos que adotaram um grupo de cinco irmãos. Então veja a facilidade, a prática positiva desse programa”, pontua ainda Hélio Viegas. Qualquer pessoa que seja candidato a adotar -- e esteja inscrita no Cadastro Nacional de Adoção -- pode utilizar o sistema de vídeo conferência.

A iniciativa permite ainda que os futuros pais adotivos possam esclarecer os procedimentos referentes à adoção, além de receberem informações relevantes sobre as crianças e orientação nos primeiros dias de convivência familiar. O TJPE garante que a tecnologia utilizada para transmitir os encontros por videoconferência asseguram sigilo de dados.

Assunto: Governo corrige erro e reduz total de bebês com microcefalia no estado

Fonte: Portal G1 PE

Data: 03/08/2016



Secretaria Estadual de Saúde corrigiu número de bebês com microcefalia no estado de 398 para 376

da Secretaria. Por meio de nota, a SES informou que "não houve uma redução do número de casos confirmados de microcefalia em Pernambuco. O que houve foi um erro técnico na divulgação dos números registrados no último boletim [...] A informação correta que deveria ter sido divulgada no último boletim é 376 casos confirmados, número que se manteve no atual boletim".

O boletim mais recente mostra, além das 376 confirmações de bebês diagnosticados com microcefalia, que o estado notificou 2.085 casos suspeitos da malformação e descartou 1.300 suspeitas. Isso significa que, em uma semana, foram registradas 11 novas notificações e cinco casos foram descartados.

Do total de crianças que receberam o diagnóstico de microcefalia, 181 tiveram resultado laboratorial positivo para zika, segundo exames feitos pelo Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães/Fiocruz e pelo Instituto Evandro Chagas, um caso a mais que o registrado no último boletim.

De acordo com a Secretaria, foram registradas 77 mortes de bebês com microcefalia, sendo 39 natimortos e 38 neomortos, cujo óbito ocorreu logo depois do nascimento. A SES ressaltou que nenhum dos casos teve a microcefalia como causa principal da morte.

Desde o dia 2 de dezembro do ano passado, a Secretaria também passou a registrar gestantes com exantemas. Pernambuco contabiliza 4.422 mulheres grávidas com manchas vermelhas espalhadas pelo corpo – sintoma presente no diagnóstico das três arboviroses, mas que não

Em uma semana, o Governo de Pernambuco 'desconfirmou' 22 casos de bebês com microcefalia no estado. Apesar de o boletim da Secretaria Estadual de Saúde (SES) divulgado no dia 26 de julho registrar 398 confirmações da malformação no estado, o informativo divulgado nesta terça-feira (2) traz um número menor de casos confirmados: 376. Os dados se referem ao período de 1º de agosto do ano passado a 30 de julho deste ano.

Após perceber o equívoco, o **G1** entrou em contato com a assessoria de imprensa

significa, necessariamente, casos suspeitos das doenças. São oito notificações a mais que o último boletim da SES.

Assunto: Suspeita de tráfico usava a filha para despistar investigação, diz polícia

Fonte: Portal G1

Data: 03/08/2016



A Polícia Civil de Pernambuco revelou, nesta segunda-feira (1º), que uma das suspeitas de integrar um esquema de tráfico de drogas, que resultou na apreensão de 275 quilos de maconha na Zona da Mata, usava a própria filha, uma criança de colo, para despistar a atuação dos agentes de segurança. A informação foi divulgada durante coletiva de imprensa na sede do Departamento de Repressão ao Narcotráfico (Denarc), no bairro da Boa Vista, Centro do Recife.

Além dela, outras quatro pessoas, sendo três homens e uma mulher, foram presas na sexta (29), na cidade de Carpina, Mata Norte. Todos eles foram autuados pelos crimes de tráfico de drogas e associação para o tráfico. Segundo a polícia, a mãe da menina era responsável por articular a venda das drogas que o grupo adquiria para distribuir na Região Metropolitana do Recife (RMR).

“Ela usa (a filha) para, realmente, na hora de fazer a transação, realizar o transporte da droga, evitar a abordagem policial. Por causa disso, toda a quadrilha foi autuada também pela corrupção de menores”, afirmou o delegado Ícaro Schneider.

O investigador desconfia do envolvimento de outro menor de idade, o filho adolescente da segunda suspeita mulher suspeita de participar do crime. “Ele não foi autuado porque estava dormindo na hora (em que os policiais chegaram), e a gente tinha informação de que ele tinha participação indireta no tráfico, mas não foi suficiente”, explicou.



Também foram apreendidas duas armas

Ainda de acordo com o Denarc, a droga apreendida na semana passada vinha do Paraguai e tinha como destino o Grande Recife. Antes de chegar a Pernambuco, a encomenda teria passado por Alagoas. Todo o transporte foi feito por terra. “A gente sabe que a droga era do Paraguai por causa da forma de embalar”, disse o delegado. Além da droga, os policiais apreenderam duas armas: uma pistola calibre 380 e uma espingarda calibre 22.

Dos 275 quilos, 245 estavam armazenados em um depósito em um sítio no distrito de Massauassu, no município de Escada, na Mata Sul. Os outros 30 quilos de maconha foram encontrados na casa da mãe da menina, em

Carpina. A mulher de 29 anos é apontada como a responsável por articular o processo de transporte e comercialização do entorpecente.

A polícia informou também que todo o esquema era comandado por um presidiário da Penitenciária Doutor Ênio Pessoa Guerra, em Limoeiro, no Agreste. A investigação teve início há três meses e, em junho, os agentes receberam informações sobre o local onde a droga era guardada. A corporação ainda não sabe quem forneceu a droga para o grupo e para quem a substância seria entregue. Os três homens foram levados para o Centro de Triagem (Cotel), em Abreu e Lima, e as mulheres, para a Colônia Penal Feminina, no Recife.

Apreensão

Segundo a Polícia Civil, essa foi a maior apreensão de maconha realizada este ano no estado. Além disso, houve aumento na quantidade apreendida desde o ano passado. De janeiro a julho, o Denarc apreendeu 410,4 quilos da droga. Em 2015, foram apreendidos 390,1 quilogramas no mesmo período.

Assunto: Escola de ensino integral é modelo na superação da desigualdade

Fonte: Portal Andi

Data: 02/08/2016



Pesquisa que mapeou escolas brasileiras e estrangeiras mostra que o ensino integral no ensino médio ajuda a superar as desigualdades em questões como inclusão social, autonomia, etnia, raça, gênero e sexualidade. O estudo foi divulgado hoje (2), na capital paulista, durante o Seminário Internacional Educação Integral e Ensino Médio: Desafios e Perspectivas na Garantia da Equidade, promovido pelo Centro de Referências em Educação Integral, Instituto Unibanco e Cidade Escola Aprendiz.

Foram selecionadas 29 escolas (12 delas estrangeiras), que se destacaram pela qualidade na educação ao vencer prêmios ou por indicação de secretarias municipais e estaduais de educação. Os pesquisadores escolheram instituições de países como Estados Unidos, Afeganistão, Peru e Argentina.

“São países que têm um tipo de trajetória muito semelhante à nossa, que têm com necessidade de reafirmar a integralidade da educação, mas que ainda não conseguiram fechar a equação do desenvolvimento integral”, disse Julia Dietrich, gestora do Programa Centro de Referências em Educação Integral.

Desenvolvimento integral

Julia afirmou que o ensino integral não significa apenas a ampliação do tempo do aluno dentro do ambiente escolar e tem a ver com o desenvolvimento do indivíduo em suas múltiplas dimensões (física, intelectual, emocional e social).

“Todo projeto político-pedagógico de escolas no Brasil quer formar cidadãos críticos, cientes do seu papel no mundo, capazes de transformar as suas realidades. O que a escola faz, na verdade, é inviabilizar esse processo. Cria cidadãos apáticos, fechados, com uma prioridade conteudista e não com uma abordagem do tipo: para que serve determinado conteúdo? O que a gente quer com isso?”.

Ângela Meirelles de Oliveira, doutora em história e pesquisadora da USP, que também atuou na pesquisa, disse que o ensino vem sendo relacionado erroneamente à instrução no Brasil. “A gente tem que reforçar que a educação precisa lidar com o sujeito como um todo. Não pode só instruir um ser que não esteja minimamente protegido. Sem fome, sem preconceito ou não tendo sua integridade respeitada”, explica.

Escola sem partido

Para Ângela, a proposta defendida por setores da sociedade de escola sem partido representa uma falácia. “A gente sabe que ninguém quer doutrinação na educação, mas eles estão usando esse texto genérico para escamotear uma tentativa grave de controlar a fala de docentes. O grande estopim foi o que eles chamam equivocadamente da ideologia de gênero, o que não existe. O texto da lei abre para numerosos equívocos que acaba com a liberdade de opinião, com a própria noção de educação. Eles defendem que professor não é educador, um absurdo”, disse.

A partir das conclusões do estudo, foram elaboradas 92 recomendações para as escolas interessadas em introduzir o ensino integral. Além de derrubar preconceitos, os pesquisadores recomendam o fortalecimento da autonomia do estudante, a possibilidade de intervir no seu próprio currículo escolar, nas decisões da escola e a promoção da diversidade.

Assunto: A importância da escolaridade materna na educação dos filhos

Fonte: Portal Andi

Data: 03/08/2016



Por:

Maria Alice Setubal*

Muitas vezes, ao pensarmos nas famílias que vivem em regiões de alta vulnerabilidade, questões como a precariedade das suas condições de moradia e suas situações econômica e social encobrem outros aspectos igualmente importantes para o desenvolvimento das crianças: a escolaridade dos pais, sobretudo das mães. Para entendermos a potência e capacidade de superação de várias mulheres moradoras das periferias, devemos pensar no papel da escolaridade e da educação em suas vidas.

Diversos estudos mostram como uma maior escolaridade por parte das mães tem um impacto positivo na vida de seus filhos, influenciando em questões como a saúde e desenvolvimento físico e motor das crianças até seu desenvolvimento intelectual e suas habilidades cognitivas. Afinal, uma mãe com maior escolaridade consegue, por exemplo, entender melhor a bula de um remédio, ler para a criança na hora de dormir ou ajudar na lição de casa.

A experiência dos projetos da Fundação Tide Setubal, na zona leste de São Paulo, demonstra que as mulheres que possuem um nível de escolaridade mais elevado são capazes de conseguir uma maior inserção nas comunidades, tanto para elas próprias como para seus filhos. Em depoimentos, elas contam que frequentam bibliotecas ou salas de leitura. "Eu adoro ler, a gente viaja quando fala de um livro que interessa", conta uma mãe. Outra fala da importância de se manter atualizada. "Eu assisto a todos os jornais, eu gosto de saber das notícias."

Os sonhos e esperanças dessas mulheres estão relacionados diretamente ao futuro dos seus filhos e articulados com a escola. A escolaridade é considerada por elas uma condição indispensável para os filhos conseguirem melhores condições de vida. As mães se preocupam, cuidam, protegem e buscam dar o melhor que podem para seus filhos. Muitas vezes, os recursos são escassos, dada a restrição e precariedade das suas condições de vida. A esperança é que os filhos com mais estudos do que elas possam ter um futuro melhor.

"É importante eles aprenderem bem, para no futuro terem uma vida melhor do que a minha. Fazer um curso, tentar trabalhar, fazer uma faculdade – que é o meu sonho. Sempre eu pergunto para eles o que eles querem fazer, que é para sempre incentivar. Tipo a Rosilda, eu sei que ela quer ser uma repórter. Então eu vou lutar, correr atrás para ver se eu consigo colocá-la em um bom curso de jornalismo. Já o Richard quer ser músico e médico. É o sonho dele desde pequeno", diz uma mãe.

Entender o território, suas características sociais, econômicas e culturais faz muita diferença para que as crianças e jovens possam alcançar bons índices de aprendizagem. Muitas vezes, a escola não conhece as condições de vida de seus alunos e não reconhece os esforços dessas mães. Assim, acaba criando barreiras que afastam os pais das escolas. A busca por uma

educação de qualidade para todos passa por vários fatores, e a participação dos pais é um deles. Por isso, a escola deve valorizar o esforço desses pais e mães pela educação de seus filhos.C

**Maria Alice Setubal, a Neca Setubal, é socióloga e educadora. Doutora em psicologia da educação, preside os conselhos do Cenpec e da Fundação Tide Setubal e pesquisa educação, desigualdades e territórios vulneráveis.*

Assunto: Peste siberiana mata criança e faz outras vítimas na Rússia
Fonte: Agência Brasil
Data: 02/08/2016



Oitenta e seis pessoas, incluindo 51 crianças, estão sob observação médica no distrito autônomo de Yamalo-Nenets, na Rússia, por causa de um surto de antraz, a chamada peste siberiana. O anúncio foi feito hoje (2) pelo porta-voz do governo do distrito, Nadezhda Noskova.

Ele disse que uma criança de 12 anos, que estava entre as nove pessoas diagnosticadas positivamente com a doença, morreu na ontem na península de Yamal, na Sibéria.

Segundo informou Noskova à agência RIA Novosti, quatro pacientes, entre eles duas crianças, estão no departamento de doenças infecciosas na povoação de Yar-Sale.

O tratamento e a observação dos pacientes infectados com essa doença continuam. Na semana passada, as temperaturas extremamente altas no distrito causaram a morte em massa de renas na península de Yamal, o que podia ter tornado as bactérias ativas.

A peste siberiana é causada pela bactéria *bacillus anthracis*. Esta é uma enfermidade própria do gado, mas contagiosa para o homem, e a maioria dos seus tipos pode ser letal. Algumas formas da doença são tratadas com antibióticos, mas há vacinas contra a doença.

Assunto: Adolescentes que foram para Disney tentam voltar para BH há três dias

Fonte: Diário de PE

Data: 02/08/2016

DIÁRIO de PERNAMBUCO



Foto apagada mostrava pessoas dormindo no saguão do aeroporto.

A volta para casa depois de uma viagem dos sonhos para a Disney, em Orlando, e Nova York, nos Estados Unidos, virou pesadelo para cerca de 40 adolescentes mineiros. O grupo espera há mais de 50 horas pelo embarque rumo a Belo Horizonte, no Aeroporto Internacional de Miami. No Facebook e Instagram da agência Greentours, responsável pela viagem, pais e mães cobram notícias de seus filhos. Segundo a agência de viagens, a previsão é de que grupo saia de Miami nesta terça-feira e chegue ao Brasil na manhã de quarta-feira, mas ainda não há confirmação da chegada.

O atraso teria começado depois do grupo perder o voo da American Airlines que iria de Nova Iorque a Miami, no sábado. Segundo informações apuradas pela reportagem, o aeroporto de LaGuardia, de onde os adolescentes saíram rumo a Miami, estava fechado por questões meteorológicas e que isso teria feito com que perdessem o voo que sairia de Miami com destino a Belo Horizonte, identificado como AA 991. O problema fica ainda maior porque a companhia aérea, segundo esta fonte, não consegue realocar o grupo, com mais de 40 pessoas, em um mesmo voo. "Os voos estão cheios por causa das Olimpíadas e final de temporada e a companhia não consegue um voo nem mesmo em outras companhias", disse.

No perfil da empresa no Instagram, mães usaram uma das postagens para cobrar respostas sobre a situação dos filhos nos EUA. "Notícias do grupo 4 pelo amor de Deus @greentours é o mínimo ter um pouco de consideração!", pediu uma das mulheres. "Concordo. To mt preocupad. (sic). Sem notícias do grupo 4 até agora. Não estou entendendo essa empresa. Quero notícias da minha filha!", afirmou outra mãe.

Um pai de Belo Horizonte também procurava notícias da filha e reclamou da situação e da American Airlines. "Mais uma vez uso está instância para falar sobre desrespeito de empresas com os seus clientes", postou no Twitter. "Minha filha está nos USA com um grupo da Greentours, volta para domingo (ontem), até agora não embarcaram e sem previsão."

Um guia da Greentours que acompanha um dos grupos fez publicações no Twitter e Instagram mostrando que ainda estavam no Aeroporto de Miami. "Ainda curtindo um aeroporto...Tom Hanks teria inveja da nossa 'Terminal Experience'", disse, em referência ao filme O Terminal, de 2004, em que o ator interpreta um homem preso em um aeroporto após ter sua entrada negada nos Estados Unidos. Duas fotos que acompanhavam os tuítes foram excluídas. Em uma foto publicada no Instagram, o guia mostra algumas pessoas dormindo no chão.

Procurada pela reportagem, a Greentours explicou que o atraso é comum nessa época do ano. "A situação está dentro da normalidade", garantiu. Questionada se o atraso de mais de 50 horas na chegada a Belo Horizonte estava mesmo dentro da 'normalidade', ela garantiu que para agência este "é um fato normal" porque "isso sempre acontece no final de temporada". Ainda segundo ela, os pais seriam os mais 'estressados'. "Nesse grupo temos muitos do interior e alguns não estão acostumados a viajar e não entendem esse atraso", explicou.

Além da ligação feita para a agência, a reportagem ainda tentou um posicionamento oficial via email, mas foi informada pela funcionária que o proprietário da agência estava nos Estados Unidos, "dando suporte aos adolescentes e que não era hora de incomodá-lo".

A American Airlines se pronunciou através de uma nota oficial. "A American Airlines informa que o voo AA 1366, de 30 de julho, do Aeroporto de LaGuardia (LGA), em Nova Iorque, e com destino Aeroporto internacional de Miami (MIA), foi atrasado devido ao mau tempo. Os passageiros que tinham conexões em Miami para o Aeroporto Internacional de Belo Horizonte (CNF) foram reacomodados no voo AA 905, de ontem, com destino ao Aeroporto internacional do Rio de Janeiro (GIG) e conexão para CNF. Todos os passageiros estão recebendo assistência. A American ressalta que todos os voos para o Brasil estão operando com total capacidade e lamenta o inconveniente".

Assunto: Israel rebaixa idade mínima prender menores 'terroristas' a 12 anos

Fonte: Diário de PE

Data: 02/08/2016



Os deputados israelenses aprovaram uma lei que diminui a idade mínima para encarcerar menores de idade acusados de "terrorismo" aos 12 anos, após o registro no último ano de vários ataques cometidos por adolescentes, informou nesta quarta-feira o parlamento.

"A 'Lei da Juventude' permite às autoridades prender menores condenados por crimes graves, como homicídio ou tentativa de homicídio, mesmo se o agressor tiver menos de 14 anos", indicou o parlamento em um comunicado. As autoridades especificaram que a segunda e terceira leitura do texto foram feitas na terça-feira à noite.

A declaração cita a deputado do Likud, partido de de Benjamin Netanyahu, Anat Berko, que promoveu a legislação, dizendo que "para aqueles que são mortos com uma faca no coração, pouco importa se a criança tem 12 ou 15" anos.

Desde outubro, uma onda de violência agita os territórios palestinos, Israel e Jerusalém. No total, 218 palestinos, 34 israelenses, dois americanos, um sudanês e um eritreu morreram, de acordo com uma contagem da AFP.

A maioria dos palestinos mortos havia realizado ataques. Muitos dos agressores eram jovens, alguns deles menores de idade. Mas durante os protestos contra as forças israelenses muitos jovens também receberam disparos fatais pelas forças israelenses. O ministro da Justiça, Ayelet Shaked, expressou o seu total apoio à "Lei da Juventude", quando foi analisada pelo comitê ministerial no ano passado.

Assunto: Salas especiais para ouvir crianças e adolescentes chegam a 23 tribunais

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 02/08/2016



Dedicadas à escuta de crianças ou adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, as salas de depoimento especial caminham para alcançar todo o Brasil, conforme prevê a Recomendação 33/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Espaços adaptados para as entrevistas já foram instalados por 23 Tribunais de Justiça (85%), segundo levantamento do CNJ.



Além desse ato normativo, outras iniciativas direcionadas a crianças e adolescentes foram encampadas pelo CNJ, como a criação do Fórum Nacional da Infância e da Juventude (Foninj) por meio da Resolução 231/2016, e a determinação para que os tribunais criem as coordenadorias da infância e na juventude, estabelecida na Resolução 94/2009.

Na avaliação do conselheiro Lelio Bentes, o CNJ tem dedicado especial atenção ao tratamento das garantias constitucionais de crianças e adolescentes. “Na função de órgão central e de governança, tem a atribuição de definir políticas públicas de aprimoramento, implementação e sistematização dos incrementos em prol de um sistema jurídico prioritário, ágil e eficiente de proteção à infância e à juventude”, aponta o conselheiro no voto que culminou na criação do Foninj.

Hoje, o país soma 124 salas de audiência sem dano, também chamada de escuta especial. O total indica aumento de 285% desde 2011, quando balanço da ONG Childhood Brasil listou 40 unidades em 16 estados. A Recomendação 33/2010 do CNJ acelerou a expansão, ao ver de Itamar Gonçalves, gerente da ONG. “O número cresceu exponencialmente no ano seguinte à recomendação. Isso demonstra o quanto o CNJ foi significativo. Até 2010, só tínhamos notícia de três salas”, conta.

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) foi o pioneiro na instalação das salas de depoimento especial em 2003. O estado já contabiliza 25 salas instaladas na capital gaúcha e instalará mais 18 novos ambientes em comarcas do anterior. A estimativa do TJRS é, até o final do ano, equipar 25% das 164 comarcas de todo o estado com ambientes específicos para oitiva de crianças e adolescentes.

Procedimento especial – Nas salas de depoimento especial são aplicados estrutura e método especializados de acolhimento. No dia da audiência, horário e trajeto da criança são definidos de modo que não haja contato com o acusado. Em vez do juiz, um servidor treinado ouve a vítima no espaço equipado com aparato de gravação e transmissão. O vídeo é transmitido em tempo real para o local onde estão juiz, promotor e advogado do réu. Em certos locais, há interação entre as pessoas presentes no ambiente do tribunal e o entrevistador na sala de depoimento por telefone ou ponto eletrônico. Após a conversa, o material é arquivado e só volta a ser usado se necessário, como para produzir prova.

Casos de abuso sexual foram o principal fator para a criação dos espaços. Para conforto e segurança das vítimas, tribunais empregam os ambientes acolhedores também em oitivas de casos de alienação parental, tortura de crianças e agressões no contexto da Lei Maria da Penha. “Várias comarcas usam o mesmo espaço, que impede o contato com o suposto agressor. O método prevê cuidados antes, durante e depois do depoimento”, explica Itamar Gonçalves, gerente da ONG Childhood Brasil.

Protocolo específico - Iniciativas de depoimento sem dano, contudo, possuem alcance superior ao número de salas, segundo Itamar Gonçalves. “Há arranjos locais. Devemos contar as experiências e não só o número das salas”, aponta Itamar Gonçalves.

Na Paraíba, por exemplo, o Tribunal de Justiça usa ônibus para viajar até as comarcas das vítimas e colher os depoimentos, que são transmitidos à sala de audiência e gravados. No estado, a oitiva ocorre em sala isolada, reservada em caso de necessidade

Em Alagoas, uma psicóloga entrevista a vítima e faz estudo psicossocial antes da instrução criminal. A partir da avaliação, a profissional responde às questões da defesa e do Ministério Público. Se ainda assim for necessário ouvir a criança em audiência, o juiz requer a presença do psicólogo.

Tocantins deve instalar ambiente dedicado até o fim do ano, quando inaugura o Fórum de Araguaína. Por ora, equipe de psicólogos e assistentes sociais do governo local acompanha o depoimento ao magistrado, sem intervir. Rondônia também, mesmo sem o aparato das salas especiais, adota protocolo específico para ouvir crianças.

Assunto: Fernando de Noronha - administração deve fornecer estrutura necessária ao funcionamento do Conselho Tutelar

Fonte: MP PE

Data: 02/08/2016



O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) recomendou ao administrador do distrito estadual de Fernando de Noronha, Luís Eduardo Antunes, que cumpra, no prazo de 30 dias, uma série de medidas para garantir o bom funcionamento do Conselho Tutelar do arquipélago.

Luís Eduardo Antunes deverá dotar o Conselho Tutelar de Fernando de Noronha de estrutura adequada ao seu bom funcionamento, realizando as reformas necessárias no prédio e providenciando a aquisição e instalação de ar-condicionado e impressora, de preferência multifuncional, além da substituição dos computadores obsoletos por máquinas novas e com acesso à internet banda larga. Além disso, deverá ser feita a devida manutenção dos equipamentos e a aquisição do toner ou cartuchos de tinta necessários ao uso da impressora.

Também deverão ser colocados à disposição do órgão um veículo para efetuar as diligências e um motorista permanente, além de um auxiliar de serviços gerais para fazer a limpeza do prédio regularmente.

O MPPE ainda recomenda que seja fornecido todo o material de expediente necessário, como caneta, papel e pastas, e também uma máquina fotográfica digital, para melhor aparelhamento de relatórios judiciais de casos envolvendo crianças e adolescentes.

No prazo de 30 dias, Luís Eduardo Antunes deve encaminhar relatório ao órgão competente com proposta orçamentária que contemple a previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar, mediante prévia consulta aos membros do referido órgão.

Segundo o promotor de Justiça André Rabelo, o MPPE constatou que o Conselho Tutelar de Fernando de Noronha está funcionando sem a estrutura adequada. Para André Rabelo, a omissão da Administração do distrito em fornecer os recursos e estrutura necessários para o funcionamento do órgão vem acarretando indiscutível prejuízo à comunidade.

De acordo com ele, tais demandas já haviam sido requeridas pelo órgão ministerial por meio de ofício de 2015, reiteradas em reunião realizada em setembro do mesmo ano e novamente requisitadas em audiência pública ocorrida no último mês de janeiro.

A recomendação foi publicada no Diário Oficial do sábado (30).

Assunto: Saiba como a Childhood Brasil está contribuindo para o Transforma, o programa de educação do Rio 2016

Fonte: Childhood

Data: 03/08/2016



Em 1896, Barão Pierre de Coubertin, por acreditar que a educação física era determinante para o desenvolvimento humano completo, juntou aos valores dos Jogos Olímpicos da Era Moderna a premissa de que era preciso abordar o tema no evento. Dessa forma, iniciou-se uma tradição, durante os anos seguintes, de criação de programas e projetos que desenvolvessem a educação nas cidades-sedes das competições. Desta forma, para garantir o legado social do evento, o Comitê Olímpico Internacional (COI) e o Comitê Paralímpico Internacional (IPC) determinam a realização de um programa de educação que, neste ano, é representado pelo Transforma.

O Transforma possui como objetivo fazer com que os alunos vivenciem os valores Olímpicos e Paralímpicos, experimentem novos esportes e engajem-se nos Jogos. Para isso, a proposta é integrar os Jogos Rio 2016 em diversas disciplinas e promover a experimentação de esportes Olímpicos e Paralímpicos aos estudantes. Além disso, o programa também apoia os alunos a desenvolverem seus projetos e capacita-os como agentes jovens para mobilizarem suas instituições a participarem das atividades. O conteúdo educacional está disponível na internet para todas as escolas do país, e no Rio de Janeiro o programa oferece kit escola, cursos presenciais, workshops para professores de educação física e premiações. Desde 2013, o programa já atuou em mais de 12 mil escolas em todo o Brasil e também envolveu mais de 7 milhões de alunos.

Segundo a tradição grega, os sete dias antes e depois dos jogos os conflitos mundiais devem ser paralisados, a chamada Trégua Olímpica, que nessa edição focou na proteção à infância. Assim, a proposta é defender os direitos das crianças e dos adolescentes com ações voltadas para a educação e o esporte. Com mais crianças nas escolas e compromissadas com o esporte, menores são as chances delas se encontrarem em situações de exploração. Desta forma, a Childhood Brasil atuou em conjunto com o UNICEF fornecendo material qualificado para a preparação do conteúdo didático do Transforma, como a definição do que é violência sexual, como ela ocorre e as maneiras de enfrentá-la. Assim, podemos construir uma infância e adolescência livre de violência também com o esporte.

Assunto: Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro lança Plano de Valorização da Primeira Infância

Fonte: Rede Nacional Primeira Infância

Data: 03/08/2016



O começo de uma nova vida. De acordo com o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, é isso que pode representar o lançamento do Plano de Valorização da Primeira Infância, celebrado nesta sexta-feira, dia 29. Na solenidade que oficializou o compromisso do Tribunal em abraçar as causas da infância e apoiar ações que proporcionem os direitos básicos a todas, o magistrado declarou a alegria e a satisfação em fazer parte de uma “conspiração do bem”, que dará um futuro melhor e um aconchego às crianças.

“É uma iniciativa que vai tirar as nossas vendas, no sentido de acabar com a invisibilidade das crianças de primeira infância mais necessitadas. Isso não pode, não deve e não tem que continuar. A nossa parte nós vamos fazer”, afirmou o presidente Luiz Fernando, citando ainda que este trabalho do TJRJ é um ato de coragem. “Ninguém trabalha sozinho, temos apoio de outros órgãos públicos. Mas reconhecemos a responsabilidade do Tribunal do Rio em levar isso à frente”, disse.

A coordenadora da Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas da Infância e Juventude e Idoso (Cevij), juíza Raquel Chrispino, comemorou o ineditismo do Plano de Valorização e apresentou os eixos do trabalho, que incluem aprimoramento na coleta de dados para priorização de processos em casos que envolvem adolescentes que são mães, por exemplo. A juíza destacou que o projeto nasceu da percepção de técnicos sobre a necessidade de melhorar a situação de bebês acolhidos em instituições, e apontou a colaboração entre poderes como essencial.

“É um projeto que nos dá condições internamente, no Tribunal, de fazer algo para as crianças da primeira infância. É uma faixa etária que precisa ser olhada com urgência”, explicou a magistrada. Ela também lembrou que o Plano de Valorização da Primeira Infância foi incluído no Plano Estratégico do TJRJ para o biênio 2015/2016, o que permite que as medidas previstas possam ser implementadas já nos próximos meses.

Também participaram da solenidade a psicóloga da Cevij Eliana Olinda, a juíza titular da Vara da Infância e da Juventude da Capital, Vanessa Cavalieri Felix; o juiz Sérgio Luiz Ribeiro de Souza, titular da 4ª Vara da Infância, da Juventude e do Idoso da Capital, que gravou depoimento em vídeo exibido na cerimônia; o presidente em exercício da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Paulo Mello Feijó; e a coordenadora da Unicef para os estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, Luciana Phebo, além de outras autoridades.

Assunto: Avô não tem interesse jurídico para pedir DNA visando a desconstituir parentesco com neto

Fonte: STJ

Data: 03/08/2016



A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu, por maioria, que um avô não tem interesse jurídico para pleitear a realização de exame de DNA visando a desconstituir, com base em eventual resultado negativo de vínculo genético, a relação de parentesco que resulta dos efeitos de sentença proferida em ação de reconhecimento de paternidade anteriormente ajuizada contra seu filho, transitada em julgado.

No caso analisado, “A” promoveu ação de reconhecimento de paternidade contra “B”, declarado pai por presunção ante a negativa de realizar o exame genético. Falecido “B”, o filho promoveu então ação de alimentos contra o avô, “C”, que por sua vez propôs ação declaratória incidental para discutir a relação de parentesco. Argumentava “C” que a coisa julgada formada no processo antecedente não poderia atingi-lo por força do que previa o art. 472 do CPC/1973.

A demanda incidental foi extinta em primeira instância, ao fundamento de que o avô não teria interesse de agir e que o pedido violava a coisa julgada. O TJSC manteve a decisão extintiva.

O Ministério Público Federal (MPF) opinou pelo desprovimento do recurso.

Para os ministros da Quarta Turma, o avô não está sendo atingido pela coisa julgada formada na ação de reconhecimento, mas suporta os efeitos da sentença, que se projetam para além dos limites subjetivos da demanda.

De outro lado, a maioria dos magistrados entendeu que o avô não teria interesse jurídico para requerer a realização de exame de DNA, pois, ainda que comprovada a inexistência de vínculo genético entre o avô e o neto, essa circunstância não desconstituiria a relação de parentesco civil, de natureza jurídica, estabelecida na forma dos arts. 1.591, 1.593 e 1.696 do Código Civil, como consequência da paternidade assentada por decisão judicial passada em julgado, portanto imutável e indiscutível.

Efeitos da Sentença

Para o ministro relator do recurso, Antonio Carlos Ferreira, “os efeitos da sentença, que não se confundem com a coisa julgada e seus limites subjetivos, irradiam-se com eficácia *erga omnes*, atingindo mesmo aqueles que não figuraram como parte na relação jurídica processual”.

Ressaltou que “se o recorrido é filho do filho do recorrente, é neto deste. Não encontra amparo na lógica ou no ordenamento jurídico a conclusão de que ‘A’ é filho de ‘B’, ‘B’ é filho de ‘C’, mas ‘A’ não é neto de ‘C’. Essa conclusão seria, sobretudo, discriminatória e, por isso, contrária ao comando do art. 227, § 6º, da Constituição Federal e do art. 1.596 da lei substantiva civil.”

Ainda segundo o relator, os pedidos revelavam pretensão que só poderia ser deduzida por meio de ação rescisória, sendo para tanto inadequada a ação declaratória incidental.

O número desse processo não é divulgado por estar sob sigilo de justiça.

Assunto: Estupro de vulnerável pode ser caracterizado ainda que sem contato físico

Fonte: STJ

Data: 03/08/2016



Uma decisão unânime da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ratificou o conceito utilizado pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS) para considerar legítima denúncia por estupro de vulnerável, mesmo sem contato físico do agressor com a vítima.

No caso analisado, uma menina de dez anos foi levada a um motel por terceiros e forçada a tirar a roupa na frente de um homem, que pagou R\$ 400 pelo encontro, além de comissão à irmã da vítima. Segundo a denúncia, o evento se repetiu.

No recurso em habeas corpus interposto, a defesa do acusado alegou que a denúncia é inepta, e, portanto, o réu deveria ser absolvido. Para o defensor, não é possível caracterizar um estupro consumado sem contato físico entre as pessoas.

Irrelevância

Em seu voto, acompanhado pelos demais ministros da turma, o relator do processo, ministro Joel Ilan Paciornik, disse que no caso analisado o contato físico é irrelevante para a caracterização do delito.

Para o magistrado, a denúncia é legítima e tem fundamentação jurídica de acordo com a doutrina atual. O ministro destacou que “a maior parte da doutrina penalista pátria orienta no sentido de que a contemplação lasciva configura o ato libidinoso constitutivo dos tipos dos artigos 213 e 217-A do Código Penal, sendo irrelevante, para a consumação dos delitos, que haja contato físico entre ofensor e ofendido”.

Dignidade

O magistrado lembrou que a dignidade sexual é passível de ser ofendida mesmo sem agressão física, como no caso da denúncia, em que uma criança foi forçada a se despir para a apreciação de terceiro.

Paciornik afirmou que a denúncia descreve detalhadamente o crime, preenchendo os requisitos legais para ser aceita. A defesa pedia a absolvição do réu, por entender que não há provas de sua conduta, além de entender que não é possível condenar o réu por estupro, já que não houve contato físico.

Em seu parecer, o Ministério Público Federal (MPF) opinou pela rejeição do pedido da defesa. O MPF considerou que o ato lascivo de observar a criança nua preenche os requisitos previstos na legislação brasileira para ser classificado como um caso de estupro, por se tratar de menor sem chances de defesa e compreensão exata do que estava ocorrendo.

O ministro Jorge Mussi, ao acompanhar o voto do relator, disse que o contexto delineado revelou “uma situação temerária de se discutir se teve contato ou não”, sendo suficiente, até o presente momento, a denúncia apresentada pelo Ministério Público.

Para o ministro Ribeiro Dantas, o conceito de estupro apresentado na denúncia (sem contato físico) é compatível com a intenção do legislador ao alterar as regras a respeito de estupro, com o objetivo de proteger o menor vulnerável. Segundo o ministro, é impensável supor que a criança não sofreu abalos emocionais em decorrência do abuso.

O caso faz parte de investigação sobre uma rede de exploração de menores em Mato Grosso do Sul e envolve políticos e empresários de Campo Grande e região.

O número desse processo não é divulgado em razão de segredo de justiça.